



Ministério do Esporte

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

CARGO 13

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Aplicação: 23/1/2008

CADERNO DE PROVAS – PARTE II

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos** e a prova discursiva, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, confira o número e o nome do seu cargo e, para os cargos 9, 10 e 11, a área transcritos acima e no rodapé de cada página numerada desta parte do caderno de provas.

AGENDA (datas prováveis)

- 25/11/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- 26 e 27/11/2008 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- 30/12/2008 – Resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- 31/12/2008 e 2/1/2009 – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- 29/1/2009 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega da documentação para a avaliação de títulos e para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.
- 2 e 3/2/2009 – Entrega da documentação para a avaliação de títulos: em locais e horários a serem divulgados na respectiva convocação.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1 - ME, de 12/9/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **51 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens seguintes, acerca das relações existentes entre esporte e diversidade sociocultural.

- 51** Na programação dos jogos dos povos indígenas, a valorização de modalidades esportivas como o voleibol contribui para a celebração e reconstrução da identidade étnica dos grupos participantes.
- 52** As atividades lúdicas de culturas indígenas que envolvem a disputa de força e destreza entre dois índios diferem profundamente dos jogos da antiguidade grega clássica, fundamentados no princípio agonístico.
- 53** A compreensão do lazer como expressão de uma contradição dialética pode ser exemplificada pela possibilidade de um folguedo tradicional da comunidade envolver, ao mesmo tempo, a alegria do lúdico e a exploração do lucro.
- 54** Historicamente, a ampliação da participação do negro no esporte brasileiro está associada ao processo de transformação do esporte de lazer em esporte de espetáculo, cujo critério de seleção dos jogadores está centrado no rendimento.
- 55** Na sociedade brasileira, o discurso acerca da difusão da prática esportiva entre as mulheres contrapõe-se à realidade social, na qual identifica-se uma série de constrangimentos, tais como falta de vestuário feminino adequado, dificuldades para jogar e existência de preconceito.

Com relação aos aspectos históricos e aos diferentes significados do esporte como elemento da cultura corporal do movimento, julgue os itens a seguir.

- 56** No esporte, fenômeno ligado ao presente, o desafio renova-se a cada jogo; portanto, apesar da ênfase normalmente conferida ao resultado, deve-se priorizar a oportunidade de participação contínua no jogo, o que gera a possibilidade da vitória.
- 57** Na década de 80 do século XX, o esporte foi caracterizado como instrumento de alienação e estabilização da sociedade capitalista. Atualmente, sem se descuidar da crítica aos interesses ideológicos associados ao esporte, amplia-se o foco de análise, sendo o esporte reconhecido como um fenômeno que comporta múltiplos significados.
- 58** O prazer do movimento corporal está associado ao rendimento na realização de uma tarefa, desde que se tome como referência o próprio sujeito; assim, por exemplo, quando um jovem atleta tem de alcançar um índice de 6,00 m no salto em distância, o fato de ele melhorar a marca de 5,90 m para 5,95 m não pode ser considerado uma vitória.
- 59** Um programa que vise à promoção do esporte na universidade não deve limitar-se à adesão dos universitários à prática esportiva, mas envolver também a reflexão sobre o papel que compete à universidade em face dos problemas do esporte na sociedade brasileira.
- 60** Na educação básica, as práticas esportivas escolares garantem caráter formativo quando mantêm a possibilidade de uma mensuração comparativa das habilidades em contexto marcado pelo prazer e autonomia dos participantes.

No que se refere aos fundamentos teóricos e à prática social do esporte e lazer, julgue os itens subsequentes.

- 61** É possível abolir o *doping* do meio esportivo por meio de legislações pautadas no binômio proibição-punição, pois a aplicação do controle exigido por lei está sempre isenta da influência de interesses políticos que redundem em tratamento desigual.
- 62** No processo de desenvolvimento motor da criança, a maturação das habilidades sensoriomotoras segue a direção cefalocaudal, de forma que os movimentos dos membros da parte inferior do corpo passam a ser funcionalmente efetivos antes dos movimentos dos membros superiores.
- 63** O processo de envelhecimento acarreta degeneração do organismo humano a partir da segunda década de vida, porém, o ritmo no qual as capacidades funcionais se deterioram varia de acordo com o estilo de vida de cada pessoa.
- 64** A promoção e a manutenção da qualidade de vida para a juventude dependem da consciência de que a saúde resulta da responsabilidade pessoal nos cuidados com o próprio corpo e, não, de medidas socioculturais.
- 65** Pequenas mudanças na rotina de atividades corporais simples de indivíduos sedentários, tais como caminhar até a padaria ou subir um lance de escadas, podem despertar o interesse pela atividade física, mas são insuficientes para provocar impactos significativos sobre o bem-estar dessas pessoas.
- 66** A adesão da juventude aos programas de esporte e lazer depende da adequação da proposta às características da realidade local e, paralelamente, do diagnóstico dos aspectos socioculturais que influenciam o cotidiano dos jovens.
- 67** A construção de quadras poliesportivas públicas atende, de modo adequado, à demanda social de acesso às atividades conceituadas como de lazer, satisfazendo os interesses de toda a comunidade e humanizando as cidades.
- 68** As atividades de aventura desenvolvidas em contato direto com a natureza proporcionam prazer ao praticante e sempre contribuem para garantir o equilíbrio do meio ambiente.
- 69** O conceito de lazer, atualmente caracterizado como espaço do não-trabalho, abrange atividades intimamente relacionadas com divertimento e descanso, sem qualquer significado produtivo.
- 70** As políticas públicas com o foco na educação para o lazer e na educação por meio do lazer contribuem para que se estimule a adesão consciente das pessoas à prática esportiva, na medida em que abre um canal de expressão da subjetividade e de construção de uma intersubjetividade.

Acerca das diretrizes políticas voltadas para a construção de um sistema nacional de esporte e lazer, julgue os itens que se seguem.

- 71** A proposição de programas sociais de promoção do esporte no Brasil deve compreender manifestações esportivas educacionais, de participação e de alto rendimento, ainda que tais modalidades sejam consideradas mutuamente excludentes.
- 72** O princípio da descentralização preconiza a criação de pastas específicas de esporte e lazer nas esferas estadual e municipal, de forma que haja participação ativa no planejamento das ações governamentais, mantendo-se centralizada apenas a gestão dos recursos orçamentários.
- 73** Atualmente, no Brasil, além dos profissionais de educação física devidamente regulamentados, os programas de esporte e lazer contam com o apoio de agentes comunitários, que atuam na mobilização e organização da comunidade local.
- 74** Em razão da ausência de condições ideais de treinamento para atletas de alto rendimento no Brasil, deve-se investir na transferência dos talentos brasileiros para centros esportivos de destaque internacional, como forma de promoção do esporte nacional.
- 75** Dadas as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos que trabalham durante o dia e estudam à noite, associadas à falta de infra-estrutura física e material das escolas, recomenda-se a extinção da obrigatoriedade da educação física no período noturno.

Com referência aos fundamentos teóricos e metodológicos da recreação e do lazer e aos significados desses conceitos na realidade atual, julgue os itens seguintes.

- 76** Programas sociais destinados ao público infantil não devem ser transformados em mero espaço de recreação, pois correm o risco de se afastar do ideal pedagógico para se dedicarem somente à vivência prazerosa dos diversos elementos que compõem a cultura infantil.
- 77** As atividades de lazer contam com a vantagem de não serem influenciadas por questões socioeconômicas, distribuindo-se de forma igualitária entre os diversos segmentos da população brasileira, que têm amplo acesso aos diversos produtos culturais.
- 78** As atividades de lazer desenvolvidas com portadores de necessidades especiais devem ser as convencionais, com algumas adaptações, e promovidas de forma a se preservar a autonomia dos participantes.
- 79** No atendimento a pessoas com necessidades especiais, deve-se priorizar o conhecimento do indivíduo e, não, apenas, detalhes diagnósticos, ou seja, deve-se manter o foco no que a pessoa é capaz de fazer e, não, em suas limitações.
- 80** As atividades de lazer não devem ser compreendidas unicamente como aquelas que atuam na compensação do desgaste atual das pessoas, preparando-as para uma nova jornada de trabalho ou estudo, ou seja, tais atividades não devem ser consideradas apenas parte de um processo de recomposição da energia dos indivíduos.

A Lei n.º 11.438, de 29 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 6.180, de 3 de agosto de 2007, dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. De acordo com a mencionada lei, até 2015, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido por pessoas físicas e por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

Em vista dessa possibilidade, um clube social esportivo, que possui departamento de futebol profissional, com todas as suas obrigações legais em dia, elaborou projeto com o objetivo de receber incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo, tendo recebido proposta de patrocínio de empresas que atendem às exigências legais.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes, com base no que dispõe a Lei n.º 11.438/2006.

- 81** O clube proponente deverá protocolar o pedido de aprovação do projeto esportivo no Ministério do Esporte, cabendo a uma comissão técnica vinculada a esse ministério, da qual participam representantes governamentais e do setor desportivo, a avaliação e a aprovação do enquadramento do projeto.
- 82** Parte dos recursos oriundos dos incentivos que o clube vier a receber pelo projeto poderá ser utilizada para o pagamento de remuneração dos atletas da equipe profissional.
- 83** Caso o projeto seja aprovado, parte dos recursos oriundos dos incentivos que o clube receber por doação poderá ser empregada em publicidade, para a divulgação das atividades do projeto.
- 84** Após a aprovação do projeto, parte dos recursos oriundos dos incentivos que o clube vier a receber poderá ser empregada para a construção de ginásio, aquisição de infra-estrutura, realização de serviço de manutenção das instalações e pagamento de recursos humanos necessários para treinamento de equipe paradesportiva.
- 85** As despesas administrativas relacionadas ao projeto poderão corresponder a vinte por cento do orçamento total.

Com base na Lei n.º 11.438/2006 e legislação pertinente, julgue os seguintes itens.

- 86** Dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido até 1%, para pessoa jurídica, e 6%, para pessoa física, observado o disposto na legislação.
- 87** Os projetos desportivos e paradesportivos deverão atender a, pelo menos, duas das quatro seguintes manifestações: desporto educacional; desporto militar; desporto de participação; desporto de rendimento.
- 88** Os projetos aprovados e executados com recursos dessa lei serão acompanhados e avaliados pelo Ministério do Esporte, pela Receita Federal do Brasil e pela Controladoria Geral da União.

Em 24 de março de 1998, entrou em vigor a Lei n.º 9.615, que instituiu normas gerais sobre desporto. Com base nessa lei e legislação pertinente, julgue os próximos itens.

- 89** O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações: desporto educacional; desporto de participação; desporto de lazer.
- 90** Compõem o Sistema Nacional do Desporto o Ministério do Esporte, o Conselho Nacional do Esporte (CNE) e o Sistema Brasileiro do Desporto.
- 91** A atividade do atleta profissional, em todas as modalidades desportivas, deve obedecer exclusivamente às normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social brasileiras, não sendo permitida qualquer ressalva no contrato de trabalho.
- 92** Ao atleta profissional é lícito recusar competir por entidade de prática desportiva quando seus salários, no todo ou em parte, estiverem atrasados em dois ou mais meses.
- 93** O direito de arena diz respeito a negociação, autorização e proibição de fixação, de transmissão ou retransmissão de imagem de espetáculo ou eventos desportivos de que participem entidades de prática desportiva.
- 94** A cada quatro anos, a renda líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), para treinamento e competições preparatórias das equipes olímpicas nacionais.
- 95** Os estados e o Distrito Federal constituirão seus próprios sistemas de desportos, desde que respeitadas as normas estabelecidas na lei e observado o processo eleitoral.
- 96** As entidades desportivas profissionais devem constituir, obrigatoriamente, sociedades empresárias.
- 97** No contrato formal de trabalho entre atleta profissional e entidade de prática desportiva, pessoa jurídica de direito privado, deverá ser prevista, para as hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral do contrato, cláusula penal em que o valor estipulado não exceda o limite de cem vezes o montante da remuneração anual pactuada.
- 98** O contrato de trabalho do atleta profissional deve ter prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses nem superior a cinco anos.
- 99** Por pertencer a categoria especial de trabalhador, o atleta profissional não faz jus a abono de férias, décimo terceiro salário, gratificações ou prêmios, verbas normalmente inclusas nos contratos de trabalho.
- 100** Somente é permitida a prática do profissionalismo, em qualquer modalidade do desporto militar, quando o praticante alcançar estabilidade na carreira.

- 101** Ao Ministério do Trabalho compete o fornecimento do comprovante do visto de trabalho do atleta de nacionalidade estrangeira, sem o qual o atleta estará impedido de participar de competição no Brasil.
- 102** A justiça desportiva possui atuação limitada ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas.
- 103** O disposto na Lei n.º 9.615/1998 sobre justiça desportiva não se aplica aos comitês olímpico e paraolímpico brasileiros.
- 104** Os árbitros e seus auxiliares, dado o caráter de sua atuação profissional, adquirem vínculo empregatício com as entidades desportivas em que atuam, e sua remuneração onera tais entidades com obrigações trabalhistas, securitárias e previdenciárias.
- 105** As entidades de administração do desporto e de prática desportiva, visando à manutenção da ordem desportiva, do respeito aos atos emanados de seus poderes internos, poderão aplicar aos infratores as seguintes sanções: advertência; censura escrita; multa; suspensão; desfiliação ou desvinculação.
- 106** O custeio do funcionamento dos órgãos da justiça desportiva compete ao governo federal.

Final do Campeonato Brasileiro de Futebol, seu time ganhando, 45 minutos do segundo tempo. Pouco antes do apito final, briga nas arquibancadas, invasão de campo: centenas de torcedores entram no gramado, o juiz interrompe a partida, e a decisão do título vai para o Tribunal de Justiça Desportiva.

Para tentar conter fatos semelhantes, decorrentes de problemas de organização do futebol brasileiro e da falta de segurança nos estádios, foi aprovado, em 2003, o Estatuto de Defesa do Torcedor, que estabelece uma série de normas para garantir que os espetáculos esportivos possam ser desfrutados com tranquilidade.

O torcedor em 1.º lugar: conheça o Estatuto do Torcedor. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004, p.13 (com adaptações).

Com base no que preconiza a Lei n.º 10.671/2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, julgue os itens de **107** a **117**.

- 107** Para ser considerado torcedor, o cidadão brasileiro deve estar associado a uma entidade de prática desportiva.
- 108** A função de ouvidor é desempenhada pelo representante do clube que possui o mando de jogo e que deverá recolher sugestões, propostas e reclamações dos torcedores acerca da competição.
- 109** É direito do torcedor ter conhecimento, durante a realização de um jogo, através do serviço de som e imagem existente no estádio, acerca do público pagante e não-pagante e da renda obtida em decorrência da venda de ingressos.

- 110** Atendidas as exigências legais, o regulamento definitivo de uma competição deverá ser divulgado quarenta e cinco dias antes do início do evento esportivo.
- 111** A segurança do torcedor nos locais onde são realizados eventos esportivos será garantida, apenas, durante a realização das partidas.
- 112** A entidade detentora do mando de jogo bem como seus dirigentes são responsáveis pela segurança do torcedor em evento esportivo.
- 113** O torcedor portador de ingresso tem direito, como beneficiário, a seguro de acidentes pessoais, válido a partir do momento em que o torcedor ingressar no estádio.
- 114** As entidades de administração do desporto devem publicar na Internet, em sítio dedicado exclusivamente à competição, bem como afixar ostensivamente em local visível, em caracteres facilmente legíveis, do lado externo de todas as entradas do local onde se realiza o evento esportivo: a íntegra do regulamento da competição; as tabelas da competição, com especificação de data, local e horário das partidas que serão realizadas; o nome do ouvidor da competição e as formas de contato com ele; os borderôs completos das partidas; a escalação dos árbitros imediatamente após sua definição; a relação dos nomes dos torcedores impedidos de comparecer ao local do evento desportivo.
- 115** Os ingressos de eventos esportivos devem ser numerados e neles deve constar a indicação do preço cobrado.
- 116** A lei determina que, em estádios com capacidade superior a 25.000 lugares, seja exigida fiscalização quanto à higiene e à qualidade das instalações físicas bem como dos produtos alimentícios vendidos no local.
- 117** Cabe à entidade de administração do desporto ou à liga organizadora do evento esportivo a responsabilidade pela remuneração do árbitro e de seus auxiliares.

Uma entidade organiza competição anual entre equipes de futebol profissional em duas divisões: a primeira e a segunda, cada uma com vinte equipes. No regulamento geral, as duas primeiras colocadas na segunda divisão são promovidas à primeira divisão no ano seguinte; e as duas últimas colocadas na primeira divisão são rebaixadas para a segunda divisão, também no ano seguinte. Em 2008, após o final da competição e, em virtude de problemas financeiros constatados, a entidade responsável pela organização decidiu reduzir para 18 a quantidade de equipes participantes em cada divisão, a partir da temporada de 2009. Assim, ficou resolvido que somente para o ano de 2009, visando efetivar a mundança prevista, seriam rebaixadas, para a segunda divisão, as duas últimas colocadas na primeira divisão, em 2008 e que nenhuma equipe da segunda divisão teria acesso à primeira. Resolveu-se, também, excluir da segunda divisão, em 2009, as quatro equipes mais novas na referida competição, ou seja, as que tenham entrado para a segunda divisão mais recentemente, na comparação estabelecida com as que disputaram a segunda divisão em 2008. A decisão foi tomada pela entidade que organiza a competição, respaldada pela maioria simples das equipes participantes.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os seguintes itens, tendo como base a legislação pertinente.

- 118** As decisões adotadas pela entidade responsável pela organização atendem ao previsto na Lei n.º 10.671/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Torcedor, e, portanto, viabilizam a competição a ser realizada em 2009.
- 119** O rebaixamento para a segunda divisão, em 2009, das duas últimas colocadas na primeira divisão, em 2008, seria legal, visto que atenderia a critério técnico previamente definido.
- 120** A exclusão, em 2009, das quatro equipes mais novas da segunda divisão, na referida competição, contraria o dispositivo legal, visto que não atende a critério técnico previamente definido.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil (1996-2005)

A discussão sobre políticas públicas tem recebido contínuas contribuições de pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Muito embora seja dada bastante atenção ao assunto, há que se ressaltar que o grande debate proposto pelas diferentes áreas dedica-se a temáticas relacionadas a trabalho e economia ou saúde e educação, sendo desconsiderados temas que dizem respeito a esporte e lazer. Parece claro para o governo (e também para os pesquisadores) que o estabelecimento de políticas para setores como trabalho e saúde é mais urgente do que para esporte e lazer.

O lazer figura entre os direitos sociais definidos no art. 6.º da Constituição Federal de 1988, que assim estabelece: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." Portanto, embora seja um direito social, o lazer é tratado, na prática, como tema periférico. Nesse sentido, cabem as seguintes indagações: Qual é o espaço destinado ao lazer nas políticas governamentais? O lazer é tratado como direito social?

Ao que tudo indica, o lazer foi efetivamente compreendido como direito social cuja proteção é de iniciativa do Ministério do Esporte. Como uma das dimensões do esporte é a recreação, o lazer foi adotado então como um dos tópicos a serem considerados pelas políticas de esporte. Tanto é assim que o tema da I Conferência Nacional do Esporte, realizada em junho de 2004, em Brasília, foi Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano. O mesmo ocorreu na II Conferência Nacional do Esporte, realizada em maio de 2006, também em Brasília, em que novamente a temática foi relacionada ao lazer (Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer). De ambas as conferências resultaram diretrizes para a definição da política nacional de esporte e lazer. Além dessas conferências, houve também a criação, no âmbito do Ministério do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Embora atualmente se perceba considerável avanço em relação ao início da discussão sobre lazer como tema que deve ser privilegiado por políticas públicas, há ainda carência de programas e ações governamentais que sigam nessa direção.

Dulce Maria F. De A. Suassuna. Internet: <observatoriodoesporte.org.br> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter meramente motivador, elabore um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E O LAZER

Ao elaborar o seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ relação entre esporte, lazer e cidadania;
- ▶ papel do Estado no planejamento de políticas para o esporte e para o lazer;
- ▶ possibilidade de integração entre as políticas de esporte e lazer e políticas de outra natureza (como econômica, de segurança e de saúde pública).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

